

OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COMO PARTICIPANTES DE EVENTOS DE LETRAMENTO EM SERVIÇO

Carlos Henrique da Silva (UFRN)
henrique.ir@hotmail.com

Introdução

O objetivo do presente artigo é apresentar algumas reflexões teóricas em relação ao fenômeno do letramento, sendo o foco central das discussões a sua origem, o seu processo histórico e algumas características. Apresenta ainda, os elementos defendidos por Hamilton (2000) para serem observados nas abordagens dos eventos e práticas de letramento, e em seguida contextualiza o Agente Comunitário de Saúde como participante de práticas de letramento em seu local de trabalho. “Os eventos de letramento são atividades que, em geral, tem textos envolvidos para serem lidos ou para se falar sobre eles” (BARTON; HAMILTON, 2000, p.8). Partindo dessa perspectiva, podemos observar que o Agente Comunitário de Saúde (ACS) participam de eventos de letramento em seu local de trabalho, esses profissionais da saúde pública atuam no Programa Saúde da Família (PSF), e desempenham papel importante na implementação do Sistema Único de Saúde, fortalecendo e integrando os serviços de Atenção Básica à Saúde e a comunidade, assim, atua como participante ativo em eventos de letramento ao lançarem mão da leitura e da escrita a fim de efetivar tarefas específicas de suas funções. Assim sendo, a pesquisa proposta objetiva focalizar os referidos agentes como participantes de eventos de letramento do trabalho, caracterizando-os a partir dos aportes teóricos propostos por Barton e Hamilton (2000), Oliveira (2008), Paz (2008), dentre outros. Metodologicamente, a investigação insere-se no âmbito da Linguística Aplicada e segue uma abordagem de pesquisa de natureza qualitativa. Para a construção dos dados foram utilizados entrevistas semiestruturadas constituídos por perguntas abertas no sentido de reunir subsídios capazes de descrever os mencionados colaboradores como parte integrante de episódios de letramento. Os resultados indicam que os ACS apresentam particularidades em termos de perfil pessoal e profissional, inclusive no tocante às suas expectativas e representações sobre as tarefas que realizam. A contribuição deste trabalho reside na possibilidade de expandir as discussões acerca dos eventos de letramento direcionando o foco para o campo das atividades laborais, mais especificamente para a esfera das políticas públicas em saúde.

1. O letramento: origem e complexidade do conceito

As discussões acerca do letramento têm início após o fim da segunda guerra mundial nos Estados Unidos e em vários países da Europa como Bélgica, França e Inglaterra, motivados pela necessidade de os indivíduos jovens e adultos alfabetizados não corresponderem as necessidade do cotidiano de leitura e de escrita.

No Brasil, no entanto, essas discussões surgiram a partir da segunda metade do século XX, nos anos 1980 e, durante algum tempo, as questões de letramento estiveram voltadas para a alfabetização, muitas vezes ocasionando o emprego do letramento como sinônimo de alfabetização. Entretanto, alguns estudos foram realizados no sentido de

estabelecer a distinção entre ambos. Tomamos como exemplo as publicações de Soares (2001), Tfouni (2004), Mortatti (2004), entre outros que empreenderam apresentar as definições entre alfabetização e letramento.

Nesse sentido, Soares (2001, p. 145) apresenta letramento como: o estado ou condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita que participam competentemente de eventos de letramento.

A autora identifica duas dimensões de letramento: a individual e a social. A dimensão individual de letramento, que envolve especificamente a competência de ler e escrever e compreender o que está lendo e escrevendo, requer um conjunto de habilidades, quais sejam: motoras, cognitivas e metacognitivas. Soares (2001) ressalta ainda que ler e escrever são processos diversos, embora complementares, que requerem habilidades diferenciadas.

A dimensão social do letramento apresenta-se como uma prática social, ou seja, evidencia de que forma, em um determinado contexto, as pessoas demonstram familiaridade com algumas práticas de leitura e de escrita.

Ainda para Soares (2001), o que é fundamental na questão do letramento são os chamados eventos de letramento, conceituados por Heath (1983). Segundo ele, esses eventos constituem qualquer situação em que uma peça de escrita é parte integrante das interações entre os participantes e de seus processos de interpretação.

Para Barton e Hamilton (1998), as práticas de letramento estão inseridas em práticas sociais mais abrangentes. Desse modo, as atividades de leitura e escrita podem se desenvolver em vários domínios discursivos, ou seja, em diversas esferas sociais. Isso significa que as práticas de letramento relacionam-se numa rede de outras práticas de naturezas e objetivos diversos, cuja efetivação exigirá a implementação de múltiplas formas de leitura e escrita.

A partir desta visão múltipla de domínios do letramento defendida por Barton e Hamilton (1998), é possível afirmar que as práticas de letramento podem se situar no âmbito de inúmeras agências de letramento. Nesta perspectiva, temos o letramento instituído não somente no âmbito escolar, mas também, nos campos religiosos, jurídico e na área do trabalho dentre outros contextos.

Cada prática de letramento encontra-se inserida em um sistema de inter-relações com outras práticas que se estabelecem numa dada esfera social. Nesse sentido, o letramento se efetua em meio a um contingente de outras práticas. A esse respeito, é ilustrativo afirmar que as práticas de leitura e escrita, que se insere no domínio institucional da saúde, as quais se relacionam às tarefas de trabalho que integram o cotidiano de trabalho dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde.

Pensar, portanto, o letramento como prática social implica pensar o modo como às pessoas usam a leitura e a escrita como recursos simbólicos para agirem juntas no mundo e contemplar demandas de comunicação que lhes são sugeridas cotidianamente frente às inúmeras situações sociais. Neste sentido é preciso pensar o letramento não como um fenômeno neutro ou não situado, mas como um conjunto de habilidades práticas de leitura e de escrita utilizadas em situações reais no âmbito das inúmeras instituições sociais.

Assim dependendo dos domínios, isto é, das instâncias sociais em que se formalizam as práticas, o letramento se instaura como fenômeno múltiplo capaz de se estabelecer nos mais diversos contextos de interação humana, ou seja, no âmbito familiar, acadêmico, religioso, profissional, entre outros campos sociais.

Nesses domínios, o letramento no local de trabalho tem se constituído tópico de interesse nos estudos que versam sobre o fenômeno em questão. Abordar o letramento

no campo do trabalho implica pesquisar de que maneira os sujeitos lidam com as práticas da leitura e da escrita para efetivar as tarefas que lhes competem aos exercer suas atividades no local do trabalho.

A relevância de se estudar o letramento no trabalho, segundo Baynham e Prinsloo (2001), reside na possibilidade de encaixar as suas práticas em contextos particulares, isto é, em situações reais do cotidiano que abrangem inúmeras vivências experienciadas, pelos sujeitos, as quais não se restringem apenas ao espaço escolar e suas atividades, abrangendo também o que escrevem e leem as pessoas em diferentes áreas em que essas práticas se constituam demandas sociais.

Ao focalizarmos o letramento no local de trabalho, estamos concebendo-o não apenas como um fenômeno situado, mas também como fenômeno múltiplo, visto que sua efetivação é motivada pelos inúmeros usos da leitura e da escrita, estabelecidos em atendimento às demandas de comunicação que ocorrem em um dado contexto laboral.

Desse modo, assim como são diversas as exigências que permeiam uma mesma atividade de trabalho em termos de habilidades de linguagem, também são múltiplas as práticas de letramento estabelecidas no campo do trabalho, instauradas não somente para atender demandas ligadas ao desempenho da função, como também à formação, ao aperfeiçoamento profissional e ao recrutamento e seleção de cargos na área.

Hamilton (2000) estabelece quatro elementos básicos (quadro abaixo) a serem considerados nas abordagens dos eventos e práticas de letramento. Em virtude do caráter de recorte, neste texto, destacaremos apenas o elemento participantes. Para a autora os participantes compreendem aspectos biográficos relacionados aos sujeitos que desenvolvem as práticas de letramento em estudo, contemplando suas formas de agir no tocante à escrita, seu pertencimento a uma determinada comunidade de prática e, por extensão, seus aspectos identitários.

Quadro 01

Elementos constitutivos de eventos e práticas de letramento

Elementos visíveis nos eventos de Letramento	Constituintes não visíveis das de prática Letramento
Participantes: pessoas que podem ser vistas interagindo com textos escritos.	Participantes ocultos: outras pessoas ou grupos de pessoas envolvidas em relações sociais de produção, interpretação, circulação e, de modo particular, na regulação de textos escritos.
Ambientes: circunstâncias físicas imediatas nas quais a interação ocorre.	O domínio de práticas dentro das quais o evento acontece, considerando seu sentido e propósito sociais.
Artefatos: ferramentas materiais e acessórios envolvidos na interação (incluindo os textos).	Todos os outros recursos trazidos para a prática de letramento, incluindo valores não materiais, compreensões, modos de pensar, sentimentos, habilidades e conhecimentos.
Atividades: as ações realizadas pelos participantes no evento de letramento	Rotinas estruturadas e trajetos que facilitam ou regulam ações; regras de apropriação e legibilidade, quem pode ou não se engajar em atividades particulares.

Fonte: HAMILTON, 2000, p.17

2. Participantes de práticas de letramento

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) compõem as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e atuam no Programa Saúde da Família (PSF), são participantes de práticas de letramento em seu local de trabalho, e colaboradores de nossa pesquisa, no Programa e Pós-graduação em Estudos da Linguagem- Mestrado – UFRN. O grupo é composto por dezoito profissionais, distribuídos em quatro equipes do PSF, localizadas na zona urbana em um município na região central do estado do Rio Grande do Norte.

Dentre os participantes, quinze são do sexo feminino e três do sexo masculino, com faixa etária que varia entre vinte cinco e cinquenta anos. Os ACS atuam nesta atividade a cerca de seis anos. Todos possuem formação mínima no Ensino médio. Além disso, treze cursaram apenas o curso Auxiliar de enfermagem e os demais também estudaram Técnico em Enfermagem. No momento há ainda um (01) cursando Enfermagem, um Assistência Social e um concluindo Licenciatura em Pedagogia.

Legalmente a função do Agente Comunitário de Saúde é regida pela Portaria nº 648/GM de 28 de março de 2006, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e define as atribuições específicas do ACS:

- I - desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à Unidade Básica de Saúde (UBS), considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletivamente;
- II – trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;
- III – estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;
- IV – cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;
- V – orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
- VI – desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daqueles em situação de risco;
- VII – acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe e;
- VII – cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue conforme a Portaria 44/GM, de 3 de janeiro de 2002. Nota: É permitido ao ACS desenvolver atividades nas unidades básicas de saúde, desde que vinculadas às atividades acima.

No tocante a formação do ACS, o Capítulo II da Portaria 648/2006 recomenda a capacitação permanente das Equipes de Saúde da Família (ESF) e estabelece que: I)- seja realizado curso introdutório após 3 meses de implantação da ESF; II)- a responsabilidade da realização do curso introdutório e/ou dos cursos para educação permanente das equipes, em municípios com população inferior a 100 mil habitantes, seja da Secretaria de Estado da Saúde em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde

e; II)- a responsabilidade da realização do curso introdutório e/ou dos cursos para educação permanente das equipes, em municípios com população superior a 100 mil habitantes é da Secretaria Municipal de Saúde, que poderá realizar parceria com a Secretaria de Estado da Saúde. No distrito Federal, a sua Secretaria de Saúde é responsável pela realização do curso introdutório e/ou dos cursos para educação permanente das equipes. Os conteúdos mínimos dos cursos de capacitação do ACS serão objeto de regulamentação específica editada pelo Ministério da Saúde.

No âmbito do município objeto da pesquisa a formação do ACS é realizada de forma contínua, obedecendo ao que prescreve esta portaria. As formações são realizadas por equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Saúde, formada por Enfermeiros, Psicólogos e Assistentes Sociais. Os conteúdos ministrados variam de acordo com a necessidade da equipe no sentido de atender a demanda assistida pelo Programa de Saúde Família. Os temas mais recorrentes são os que se referem ao acompanhamento de vacinação das crianças, orientação às gestantes, entre outros, como ética e saúde pública.

Além da normatização no âmbito federativo da profissão do ACS, fez-se necessária a criação de uma lei municipal que regulamentasse estes profissionais. A Lei Municipal nº 651 de 06 de dezembro de 2006 cria e estabelece a Carreira de Agente Comunitário de Saúde. Art. 1º - ficam criados, no âmbito da administração pública do Município e Angicos –RN, a carreira do Agente Comunitário de Saúde, com respectivos cargos públicos, que passam a integrar a estrutura de pessoal do município, sob tutela do Regime Estatutário e com os padrões de vencimentos estabelecidos por lei.

O ACS estabelece um elo entre a comunidade e a instância governamental. Está em contato permanente com as famílias, o que facilita o trabalho de vigilância e promoção da saúde, realizado no município. É também um agente orientador, que dá mais força ao trabalho educativo, ao unir dois universos culturais distintos: o do saber científico e o do saber popular. O seu trabalho é feito nos domicílios de sua área de abrangência.

Assim ao realizar as atribuições (acima) no âmbito do trabalho, o ACS vivencia as mais diversificadas práticas de letramento, regularmente implementadas e que dizem respeito aos usos da leitura e da escrita, na perspectiva de comunicar, organizar e requerer a execução de ações e atribuir significados às atividades que desenvolvem durante a prática laboral.

Todas as atividades realizadas pelo ACS são ao final de cada visita domiciliar, anotadas e registradas em relatórios que em seguida são endereçada ao Enfermeiro Chefe nas equipes do PSF, para posteriormente alimentar os dados do Ministério da Saúde, para a comprovação dos serviços prestados.

Em se tratando de práticas de letramento a construção destes relatórios resultados das atividades realizadas, constituem-se práticas situadas inerentes ao âmbito social do trabalho. A efetivação dessa prática se instaura como um evento de letramento que, na visão de Barton e Hamilton (1998) assume caráter formal por se efetivar como procedimentos adotados por uma agência de assistência social, no caso as equipes do Programa Saúde da Família.

3. Ensaiando análise de uma prática de letramento: os relatórios de monitoramento do ACS

Na esfera do Programa Saúde da Família (PSF) onde atua os ACS são realizadas atividades que envolvem práticas de letramento, com destaque para as anotações que realizam cotidianamente nos domicílios em que são efetivadas suas tarefas. As práticas

de escritas realizadas pelos ACS se constitui elementos que servem para: comprovar a realização de suas tarefas à Secretaria Municipal, órgão gestor local do Ministério da Saúde; como modo de auxiliar as pessoas assistidas pelo PSF e de maneira geral, auxiliar todo o trabalho na unidade de saúde, no sentido de cumprir os objetivos preconizados pelo PSF, para a inclusão das pessoas ao Atendimento Básico de Saúde.

Essas anotações ou, mais precisamente os relatórios de monitoramento não se constituem a partir de exigências do MS, tampouco são regulamentadas por decretos ou leis. As escritas desses textos surgem a partir da necessidade que os ACS sentiram em ter um instrumento que pudesse servir de acompanhamento, de monitoramento de suas atividades diárias ao realizarem as visitas nos domicílios.

A construção dos relatórios de monitoramento é de responsabilidade unicamente dos ACS, e são elaborados a partir da rotina desses trabalhadores em serviço. A escritura desses textos caracteriza-se como prática de “letramento local” ROJO (2009, p. 98) e tendem a contemplar as necessidades específicas no trabalho dos agentes.

Nesse sentido, a efetivação dessa prática se instaura como evento de letramento que a visão de Barton e Hamilton (1998) assume um caráter formal, pois se efetiva em uma agência de caráter social, no caso o PSF, que executa uma política pública do governo federal.

A primeira atividade a ser realizada mediante ao evento de letramento é a prática da escuta. Ao adentrar as residências os ACS iniciam diálogos, no sentido de detectar quais são as necessidades em termos de atendimento básico de saúde, que a família está necessitando, para em seguida efetivar a escrita dos relatórios. Na escritura dos textos os agentes têm a preocupação em preservar a integridade das famílias, primando sempre pela ética e pelos bons modos que sustentam o seu trabalho. Quando afirmam que: escutam o que está acontecendo e somente depois começam a escrever os relatórios, argumentando que é falta de educação escrever enquanto está conversando, demonstram o respeito que têm às famílias.

Esses procedimentos de abordagem às famílias e o processo de escritura dos textos podem ser constatados nas falas dos ACS 01, 03 e 17:

A gente chega na casa, cumprimenta as pessoas, conversa. Descobre o que tá acontecendo. E após a nossa conversa é que eu vou fazer a escrita. Que é falta de educação a gente tá conversando e escrevendo ao mesmo tempo né? (ACS 01)

O nosso trabalho é diariamente. Desde a abordagem a família. Quando eu vou chegar/ eles já me conhece. Eu vou dar bom dia. Vou perguntar como eles estão. Eles começam a conversar comigo e depois eu já começo a usar esse instrumento de trabalho e começo a fazer algumas notificações/anotações. (ACS 03)

Nós escrevemos sim. Nós anotamos. Fazemos anotações. A partir do momento que nós estamos fazendo uma visita a gente tá fazendo anotações dos problemas da pessoa [...] (ACS 17).

No que se refere aos motivos que justificam a escrita dos relatórios, os ACS argumentam que essa prática, em geral, tem a ver com a necessidade de comprovarem a execução de suas atividades, no momento da realização das visitas domiciliares, preconizadas pelo MS. Tal comprovação é apresentada a Secretaria Municipal de Saúde, especificamente ao enfermeiro da unidade, responsável direto pela equipe de saúde do PSF. Os ACS ressaltam a importância da escrita enquanto prática social, em

suas falas é possível perceber que eles atribuem valor incontestável a escritura dos relatórios, afirmando que se não escrevem, suas atividades não têm reconhecimento, para eles o que não está escrito não tem valor comprobatório, ou seja, *o que foi falado o vento leva, o que é escrito permanece*.

A partir das assertivas dos ACS 06, 13, e 17 podemos reconhecer as motivações da escrita desses relatórios:

Assim/ porque tudo o que é escrito tem mais importância né? Porque/ assim/ é a garantia que realmente eu fiz aquela minha visita. Não foi só uma visita de boca a boca. Entendeu? Foi uma visita escrita. Porque tudo que existe/ o que fica escrito/ o que é falado o vento leva e o que é escrito permanece. Pra sempre né? (ACS 06)

É mais por necessidade mesmo de termos como/ é/ da gente ter como/ como ter aquilo registrado. É um registro aquilo ali passa a ser um registro do nosso trabalho. Uma coisa corriqueira. Que tem que ser feito mesmo. Que a gente não pode deixar jamais de/ de fazer. (ACS 13)

Assim/ até porque é um/ uma forma de nós registrarmos os problemas que nós estamos encontrando no/ nas nossas visitas. Só assim nós vamos lembrar. Porque se nós não anotarmos como é que eu vou lembrar de trazer pra minha enfermeira essas/ esses problemas? (ACS 17)

Há ainda algumas necessidades específicas em que os textos produzidos no trabalho do ACS, são utilizados para resolver questões junto às autoridades no município, como numa solicitação ao Ministério Público, para requerer que a gestão municipal tome providências no sentido de solucionar problemas relativos a habitação, por exemplo. Isso pode ser observado no depoimento do ACS 18:

[...] eu gosto/eu faço anotações (relatórios de monitoramento – RM). Por exemplo: até recentemente eu levei até o conhecimento do Ministério Público uma/ uma pessoa da minha área que reside numa casa de taipa, que realmente está numa situação muito precária. [...] Então/ essas anotações (RM) que eu faço é justamente com o objetivo de/ é/ de ajudar aquelas famílias que de alguma forma estão precisando do poder público. Bom/ resumindo a importância das anotações/ pra mim serve como diretriz pro meu trabalho. (ACS 18)

No tocante a organização estrutural dos relatórios de monitoramento os ACS afirmam que não seguem um padrão ou modelo pré-determinado. A construção dos mesmos seguem o ritmo dos dados que vão sendo gerados no primeiro momento em se dá o contato com as famílias. No entanto, algumas elementos se apresentam e de certa forma padronizam a estrutura desses textos de monitoramento. Normalmente começam anotando a data, especificando dia, mês e ano, em seguida escreve o que foi relatado pelo membro ou membros da família assistida, orienta os procedimentos a serem seguidos, sempre anotando o que foi orientado. Nisso, é possível ainda, observar a predominância de marcadores temporais, sempre pretérito perfeito. Por fim, pedem para que alguém que está presente àquele momento, assine o relatório de monitoramento daquela visita. Essa necessidade de confirmação pela assinatura de um membro da família se justifica por se tratar de uma escrita local, que tem como propósito atender às necessidades desse grupo. Confirmando isso, os ACS 05 e 06 revelam:

Não tem modelo não. A gente foi fazendo. Aí foi. Botei lá: visitei a senhora Sabina e a mesma se encontra bem de saúde. Orientei a família a ir sempre ao PSF. [...]. E fiz as orientações e peço a senhora pra assinar. Se não souber assinar eu digo assim: então pronto/ a senhora assina com o dedo? Pronto/ aí risco um pouquinho o dedo dela e boto lá. (ACS 05)

A gente coloca a data da visita. A hora que a gente tá visitando o paciente. E escreve também o que a gente falou pro paciente. A gente ouve o paciente. Em seguida a gente/ quando a gente finaliza a visita a gente pede pra que o paciente assine embaixo pra realmente constar aquela visita naquele dia na casa do paciente. (ACS 06)

Os documentos oficiais que regem a práticas do ACS não contemplam a escrita dos relatórios de monitoramento, no entanto BRASIL (2009, p. 50) sugere que os ACS devem: “registrar adequadamente as atividades realizadas, assim como outros os dados relevantes, para os sistemas nacionais de informação disponíveis para o âmbito da Atenção Primária à Saúde” Nesse sentido a prática do mesmo, surge, sobretudo pela necessidade comprovação do trabalho dos agentes. Mesmo não sendo uma função obrigatória, os ACS destacam a importância do texto escrito para auxiliar a execução de suas atividades. Para eles, a decisão coletiva do grupo em optar pela escrita dos relatórios dá aos mesmos credibilidade ao trabalho que realizam no PSF. Corroborando com essas afirmativas os ACS 01, 02 e declaram:

Não é obrigatório pro nosso trabalho, mas a gente achou conveniente trabalhar assim. [...] Nós trabalhamos porque/ até mesmo pra nossa segurança. Eu enxergo eles (os relatórios) de uma forma muito importante. Pra mim ele é importante porque o que a gente / o que a gente diz o vento leva, mas o que a gente escreve fica para sempre né? (ACS 01)

[...] é de me assegurar o direito de não ser questionada. Porque se eu tô/ se eu escrevi/ se eu tive a assinatura daquele familiar/ daquela pessoa/ então ela não pode questionar que eu não estive lá fazendo a visita. E na hora que eu escrevo lá que visitei fulano de tal e ele me disse isso/ me disse isso/ tá fazendo isso/ isso e isso e ele assina embaixo eu num tô/ eu num tô escrevendo nada que não seja real. Apesar de que isso não é uma norma. Isso não é uma lei. A gente faz isso porque quer fazer. Eu faço por uma questão de segurança. Não por uma obrigatoriedade. (ACS 02)

Os estudos propostos por Hamilton (2000) para discutir as práticas e eventos de letramento sugerem que deve-se levar em consideração alguns elementos básicos, a saber: os participantes, ambientes e domínio, artefatos e atividades. Assim, seguindo a abordagem sugerida pela autora, analisaremos os relatórios de monitoramento como prática social que se instauram em eventos de letramento, construídos no trabalho do ACS. Nesse sentido, será observado primeiramente os sujeitos que efetivam essas práticas, e, por conseguinte participam de eventos de letramento, focalizaremos ainda, as representações si que são construídos sobre.

Conclusão

Como prática social o letramento deve ser concebido como atividade situada e também moldada pelas relações de poder e ideologias. Suas práticas se constituem como modos por meio dos quais os membros de cada grupo lançam mão dos conhecimentos sobre a escrita, movidos pelos inúmeros propósitos, com vista atender às demandas dos contextos e instâncias sociais.

Nesse sentido, estudar essas práticas sob o olhar dos estudos do letramento ou, mais precisamente sob a abordagem de natureza social e ideológica significa teorizar o fenômeno segundo a orientação estabelecidos por Barton e Hamilton (1998), percebendo que: a) o letramento é melhor entendido como um conjunto de práticas sócias efetivadas em eventos mediados por textos escritos; b)- existem diferentes tipos de letramento associados a diferentes tipos de contextos; c)- as práticas de letramento são moldados por instituições e relações de poder; d)- as práticas de letramento se enquadram em metas sociais, em práticas culturas mais amplas; e)- o letramento está historicamente situado e f)- as práticas de letramento estão em constante transformação, algumas se renovam enquanto que outras desapontam socialmente mediante as demandas do contexto de interação.

A partir dessa abordagem para o letramento, muitos esforços têm sido concentrados em pesquisas que focalizam práticas de letramento desenvolvidas em diversas instâncias que incluem domínios sociais e institucionais, como o familiar, o acadêmico, o religioso, o empresarial na área da saúde entre outros.

Referências bibliográficas

BARTON, David.; HAMILTON, Mary. Local literacies: reading and writing in one community. Londres: Routledge, 1998.

BAYNHAM, Miky; PRINSLOO, Mastin. New directions in literacy research. *Language and Education*, n. 3-4, p. 92-104.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde. - Secretaria de Políticas de Saúde, Brasília, 2009 .

HAMILTON, Mary. Expanding the new literacy studies: using photographs to explore literacy as social practice. In: BARTON. D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. (Org.). *Situated literacies*. London: Routledge, 2000. p.16-33

HEATH, Shirley. Brice. *Ways with word: language, life and work in communities and classrooms*. Cambridge: Cambridge University, 1983.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Educação e letramento*. São Paulo: UNESP, 2004.

OLIVEIRA, M.S. (org) Letramentos múltiplos: agentes, práticas, representações. Natal: EDUFRN-Editora da UFRN, 2008.

PAZ, Ana Maria de Oliveira. *Registros de ordens e ocorrências: uma prática de letramento no trabalho da enfermagem hospitalar*. Tese de Doutorado. UFRN: PPgEL, Natal, 2008.

ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e Alfabetização*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.